

DISCURSOS, CERIMONIAIS E ETIQUETAS NAS VIAGENS PASTORAIS DE D. CARLOS LUIZ D'AMOUR POR MATO GROSSO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Jérri Roberto Marin

RESUMO: A pesquisa analisa os discursos, as cerimônias, a difusão de etiquetas e as normatizações das duas viagens pastorais de D. Carlos Luiz D'Amour ao norte e ao sul da diocese de Cuiabá, em 1885 e 1886, respectivamente. Os diários das viagens foram escritos pelo secretário particular do bispo, o cônego Bento Severiano da Luz. Ali, foram narrados os percursos, os principais acontecimentos e as realizações da comitiva e tinham o bispo como personagem central do relato. As aparições públicas do bispo tinham funções simbólicas, ou seja, para a manutenção do poder religioso que estava investido e convertiam-se em demarcações territoriais, disseminando sua posse e autoridade. Os cortejos, as cerimônias, as procissões, os aparatos e as etiquetas vinculavam a imagem do bispo a Igreja Católica, disseminavam sua autoridade e criavam diferenciações sociais.

Palavras-chave: Discursos, Etiquetas, Visitas pastorais, D. Carlos Luiz D'Amour

D. Carlos Luiz D'Amour, bispo da diocese de Cuiabá, realizou apenas duas visitas pastorais ao longo da sua gestão episcopal, que durou 43 anos. Apesar disso, foi o primeiro bispo a realizá-las na diocese que era considerada a “maior do Brasil” (Luz, 1979, p. 67). Em 1883, com 43 anos, visitou o sul da diocese durante cinco meses e 21 dias, quando foram percorridas 650 léguas.¹ Em 1886, com 49 anos, visitou o território ao norte de sua diocese, quando percorreu 70 léguas em um mês e 17 dias.² A pesquisa analisa os discursos, as cerimônias, a difusão de etiquetas e as normatizações da população e do clero durante as duas viagens pastorais. As aparições públicas do bispo tinham funções simbólicas, ou seja, para a manutenção do poder religioso que estava investido e convertiam-se em demarcações territoriais e legitimavam a autoridade do bispo. Os cortejos, as cerimônias, as procissões, os aparatos e as etiquetas vinculavam a imagem do bispo a Igreja Católica e disseminavam sua posse e autoridade.

O cenário religioso de Mato Grosso impunha exigências que obrigavam o bispo a improvisar e a relevar a legislação e as normas da Igreja Católica. A grande extensão da diocese (1.500.000km²) impedia a realização das viagens pastorais periódicas pelo bispo e, na sua impossibilidade, por visitantes eclesiásticos. As múltiplas dificuldades materiais, os contratempos gerados num empreendimento de vulto como esse, sua idade avançada e os problemas de saúde o impediram de realizar novas visitas pastorais e de participar de outros compromissos episcopais.³ Por outro lado, o bispo evitava ausentar-se da sede episcopal por

não ter um clero capacitado para substituí-lo e para auxiliá-lo na administração diocesana. Todo o trabalho burocrático da diocese era realizado por ele. Em 1886, das 16 freguesias, dez estavam providas e as vagas eram visitadas esporadicamente pelos párocos vizinhos (RELATÓRIO, 1879, p. 11-12).

A preocupação com o desamparo religioso dos diocesanos motivou a organização de visitas pastorais por enviados extraordinários.⁴ Em julho de 1898, José Solari iniciou uma visita apostólica, munido de poderes e jurisdição extraordinários. Solari percorreu o forte Coimbra, Miranda, Aquidauana, Campo Grande, Nioaque, Ladário e Corumbá (DUROURE, 1977, p. 60-160). Em 1899, foi enviado a Coxim, como visitador apostólico, o padre João Bálzola, uma vez que seus habitantes há mais de vinte anos não tinham contato com um padre. Por dois meses e meio, ele permaneceu no local. Várias viagens pastorais pelo território da diocese também foram realizadas pelo bispo auxiliar D. Cirilo de Paula Freitas, nomeado em 1905.

As viagens pastorais tinham por finalidade determinados resultados e metas. Havia a preocupação de planejar, de estabelecer metas e de criar estratégias certas e compatíveis com os objetivos das visitas. O planejamento prévio, a economia das forças e o uso racional do tempo evitariam o fracasso e tornariam os trabalhos mais eficazes e produtivos. As visitas permitiam ao bispo tomar posse do território que administrava e submetê-lo ao seu poder. Além disso, permitiam-lhe conhecer a realidade religiosa da diocese, inspecionar, verificar e sanar a situação religiosa e moral dos diocesanos e do clero, a fim de instaurar a ortodoxia, pois tinha caráter evangelizador, corretivo e punitivo. O clero seria alvo de vigilância, pois deveria ser inserido nas reformas católicas. Era observado como viviam os sacerdotes, como administravam a freguesia, como pregavam e quais costumes sustentavam. Sua conduta deveria ser controlada, a fim de inibir desvios, disciplinar sua vida e atuação e punir os infratores. A população deveria ser vigiada, instruída e, quando cometia algum desvio, admoestada ou punida.

Uma visita pastoral impunha uma intensa programação: vistoriar os arquivos paroquiais, condições de culto, igrejas e cemitérios. Nas igrejas era observado o sacrário, a pia batismal, a sacristia, os altares, a conservação do edifício religioso e dos santos óleos, a qualidade das imagens religiosas (material e estética), os ornamentos dos altares, os objetos para o culto e os paramentos. Nos arquivos, eram observados os livros de registro, sobretudo sua atualização e estado de conservação. Era fiscalizada também a contabilidade, a fim de controlar as entradas, gastos, doações, administração financeira dos recursos, se as taxas diocesanas estavam sendo pagas, se se encaminhavam os processos de dispensas eclesiásticas, se eram renovadas as licenças exigidas. O respeito, a legislação e a autoridade episcopal

procuravam combater a autonomia do clero, para que este não usurpasse das atribuições restritas ao bispo. Nos cemitérios, vigiavam se estavam limpos, qual o estado de conservação do cruzeiro, se estavam cercados e se atendiam às demais normas eclesiais. As capelas e oratórios, particulares e públicos, também eram vistoriados, para avaliar seu estado de conservação, situação e qualidade das imagens religiosas, objetos de culto e ornamentos. Também se avaliava e se vigiava o clero, oportunidade de lembrá-lo das obrigações do estado sacerdotal. Ouviam-se testemunhas sobre a conduta do clero, averiguava-se seu zelo na administração da freguesia e do culto, se seguia a legislação eclesial, se os sacramentos eram realizados corretamente. Havia também a preocupação em recuperar a história dos locais visitados e os fatos considerados relevantes, tornando-se, na contemporaneidade, um importante registro etnográfico e histórico.

As visitas pastorais também eram um meio de D. Carlos conhecer a situação religiosa da diocese, corrigir os erros e abusos do clero e fiéis, reforçar a autoridade do bispo como representante da Igreja Católica, diferenciar o poder episcopal dos demais poderes, difundir as práticas sacramentais, regularizar a situação dos diocesanos com a Igreja e instaurar a ortodoxia. Por outro lado, essas viagens eram onerosas, devido à grande extensão territorial da diocese, e implicavam passar inúmeros sacrifícios e privações. Era preciso resistir às chuvas, aos insetos, à sede, ao calor, aos animais ferozes e peçonhentos, ao extravio das provisões, ao cansaço provocado pelo desconforto dos meios de transporte e ao pouso em locais considerados impróprios à dignidade episcopal. A maior parte da viagem era feita a cavalo e em barcos.

O roteiro da viagem priorizava as igrejas matrizes e capelas filiais, várias fazendas e povoados, sobretudo os que estavam privados de assistência religiosa e os mais populosos. Era necessário também consolidar a presença da instituição em outras regiões e espaços ainda não ocupados. As estatísticas paroquiais (nascimentos, casamentos e óbitos) e os dados do censo geral de 1872 eram utilizados pelos bispos para estabelecer políticas para a diocese e para uma melhor gestão administrativa, inclusive ao selecionar o percurso, quais os locais que deveriam ser incluídos ou excluídos. Na viagem ao sul, o roteiro foi redefinido e o término da viagem foi antecipado devido ao inverno que se aproximava. Na redefinição, muitos locais não foram visitados.

O diário da viagem pastoral ao sul foi escrito pelo secretário particular do bispo, o cônego Bento Severiano da Luz, e ao norte o relatório foi uma obra coletiva do monsenhor José Joaquim Graciano de Pina e dos cônegos Antonio Henrique de Carvalho Ferro, José

Joaquim dos Santos Ferreira e Bento Severiano da Luz. As viagens pastorais foram eternizadas como um acontecimento memorável, que assumia grande relevância na história de Mato Grosso e do Brasil. Era um fato que propiciava aperfeiçoamentos sociais e um meio de avançar rumo à civilização. As viagens seriam também fatores de coesão e de organização em torno da Igreja e do Estado, pois o bispo representava os dois poderes.

Nos relatórios, foram narrados os percursos e os principais acontecimentos e as realizações da comitiva e, principalmente, do bispo, personagem central do relato. Mato Grosso mostrou muitas caras aos viajantes e, como decorrência, foram criadas nas narrativas múltiplas imagens. Mato Grosso também recebeu modificações no seu caráter original ao incorporar essas representações à sua identidade.

Os relatos das viagens pastorais são fontes imprescindíveis para compreendermos as reformas católicas no século XIX, permitindo problematizar sua produção, intencionalidade, objetivos, recepção e discursos. Também são o registro de uma época e de uma autocompreensão da Igreja Católica e do cenário religioso de Mato Grosso. A natureza, o homem e o cenário religioso, social, econômico e político eram registrados a partir de determinadas questões e tornaram-se objetos de observação e reflexão. A visita pastoral tinha caráter temporal e espiritual, pois eram realizados apontamentos sobre economia, vida social (tanto rural quanto urbana), cultura, demografia, sociabilidades, populações indígenas, potencialidades econômicas de Mato Grosso, questões escravistas, relações de trabalho, entre outros aspectos. Esses temas são um importante registro histórico, cultural e sociológico de Mato Grosso no século XIX.

A convivência de Luz (1979) com a comitiva episcopal, com a população mato-grossense, com as pessoas tidas como “ilustres” na época permitiu legar à posteridade uma “imagem desejada” de D. Carlos e de sua administração diocesana e também de si. Bento Severiano da Luz, por exemplo, era um padre dotado de qualidades que lhe permitiram atuar em diferentes áreas: era um exímio narrador, descritor, orador, conhecedor da história universal e da geografia, bem como exibe traços de uma personalidade detalhista, organizada e extremamente perfeccionista.

As narrativas da viagem ao sul e ao norte apresentam um caráter cênico e teatral, tornando-se uma memória das viagens e das representações da conquista espiritual de Mato Grosso. Os textos empregam recursos retóricos e cênicos “onde a realidade sensorial deve amoldar-se à necessidade cênica; ou melhor, dizendo, percepção sensorial e estrutura cênica estão interligadas; constituindo o que a hermenêutica moderna chamaria de linguagem”

(KARNAL, 1998, p. 24-25). Na visita ao norte, na Freguesia de N. S. da Guia, por exemplo, observa-se o uso dessa linguagem cênica com funções simbólicas, ou seja, disseminavam a autoridade e o poder do bispo e convertiam-se em demarcações territoriais:

S. Exa. Rvma., paramentado pontificalmente, seguiu debaixo do pátio à Igreja Matriz, e chegando à porta principal, ajoelhou-se sobre um coxim e osculou a imagem do Senhor Crucificado, que lhe foi apresentada pelo mesmo Reverendo Vigário, e depois de tomado água benta e ser turificado, encaminhou-se para a Capela-mor ao som dos cânticos prescritos pelo Cerimonial dos Srs. Bispos, findos os quais o Reverendo Pároco repetiu as preces e a oração própria desta solenidade. Logo os cantores entoaram a antífona da padroeira. Terminada a qual a S. Exa. Rvma. Subiu ao altar, e depois de o ter beijado foi ao lado da Epístola cantar a respectiva oração. Findo esse ato, S. Exa. Rvma. Tomou os paramentos próprios para celebrar o Santo Sacrifício da Missa (Pina et al., 1979, p. 208).

A retórica da narrativa é de um autor do final do século XIX. O brilho, a pompa e a ostentação simbólico-espetacular do poder religioso faziam com que a população e o clero fossem tomados pelo êxtase, ao mesmo tempo religioso e festivo.

O papel dos elaboradores dos relatórios das viagens era registrar os acontecimentos das viagens e reforçar a imagem do bispo, personagem central do relato, como estoico, de dedicado filho da Igreja, de missionário e cumpridor dos seus deveres. Seria um homem portador de uma “doçura invencível, que lhe é habitual e a todos atrai e cativa”, reconduzindo com seu exemplo muitos diocesanos à Igreja Católica (Luz, 1979, p. 71).

O bispo e os demais integrantes da comitiva eram as personagens do relato, e D. Carlos estava no centro das atenções. Luz (1979, p. 67-68) constrói sua narrativa para reforçar as imagens de D. Carlos, representado como “Vossa Excelência Reverendíssima”, como ilustrado, benévolo, portador de uma piedade ilimitada e “benigno receptor de ofertas semelhantes”. Como “obediente e reverendíssimo súdito”, considerava-se grato e orgulhoso por pertencer ao clero da diocese que era governada por um “santo Prelado, em cuja nobilíssima pessoa venera, a par de esclarecida sabedoria, a prudência com que põe em prática as mais preclaras virtudes e com que dá exercício a todas as admirações, a todos enchendo de gratidão e esperança”. No relatório da viagem ao norte, os autores foram impelidos pelos sentimentos de dever, gratidão, estima, respeito, veneração e amor. O bispo, “em seu grande coração”, praticaria a virtude e seria uma fonte de bênção e venturas para os diocesanos (Pina et al., 1979, p. 205).

Luz (1979, p. 68-69) reconheceu que os múltiplos afazeres o impediram de relatar com minúcias o acontecido e, na seleção dos acontecimentos, limitou-se a descrever o que

considerou as ocorrências mais importantes, esmerando-se em tributar ao bispo justiça, gratidão e reconhecimento, em particular à sua iniciativa e autoridade. Afirma que o dia todo se ocupava em “dar audiência, atender consultas e queixas e receber visitas, e quase sempre sentado e abafado no meio de um povo imenso”. Apenas à noite ou uma vez ou outra ao dia podia-se dedicar a escrever os relatórios (Luz, 1979, p. 69).

Embora afirme que o relatório não objetivasse a publicação, admitiu que foram excluídas situações que alongavam a narrativa, tornando menos fastidiosa sua leitura; outras passagens que pudessem ofender ou criar melindres ao censurar ou realizar observações desrespeitosas, por serem consideradas desagradáveis; e outras partes foram excluídas devido aos múltiplos afazeres da visita. Por outro lado, lamentava o pouco domínio da língua portuguesa e a falta de habilidade para escrever. O cônego testemunhou que pretendia vetar a publicação do relatório em seu testamento e preferia deixar seus relatórios como manuscritos. Luz concordou em publicá-las devido a reiteradas insistências de amigos e à aprovação de D. Carlos. O bispo, como protetor “de quem trabalha”, teria dado um “benévolo e paternal sim”, o que deixou o cônego mais consolado. Embora grato pela confiança depositada, confessou que ainda tinha dúvidas e considerava-se arrependido em “satisfazer ao gosto dos amigos”. Ele tinha receio de ofender os melindres e os interesses de alguém, a partir de uma apreciação negativa ou de esquecimentos de nomes e situações vivenciadas durante a viagem. As anotações estavam desorganizadas, formando um todo irregular, tornando espinhosa a tarefa de publicar (Luz, 1979, p. 68).

A publicação da viagem ao norte também foi creditada ao bispo, que teria recomendado e elogiado o texto (Pina et al., 1979, p. 205). Os autores propõem-se enaltecer os feitos de D. Carlos ao trazerem ao público o relatório. Porém, procuram desqualificá-lo ao descreverem-no como incompleto, imperfeito, repleto de faltas, com poucas páginas e com apenas o desejo de acertar. As inúmeras atividades realizadas durante a visita não teriam permitido aprofundar as apreciações, as curiosidades e os detalhes. Assim, o público leitor deveria julgá-lo com indulgência, corrigindo os descuidos e os defeitos. Outras falhas foram consideradas “involuntárias”, como algumas notas sobre a Paróquia de Nossa Senhora da Guia, que, devido a problemas na diagramação, foram incluídas no final do texto. Para finalizar a isenção das faltas, citam *Humanum errare est*, pois essa regra não teria exceção (Pina et al., 1979, p. 206-207).

Os registros e os olhares dos autores dos relatórios revelam a sua visão de mundo e da instituição a que pertenciam. Esses inventários eram importantes para desconstruir as políticas

episcopais, pois os viajantes guiavam-se por diretrizes da Santa Sé e da hierarquia eclesiástica brasileira que legislava e normatizava essas viagens. Nos recortes que Luz realizou das anotações, teria se esforçado em priorizar os principais eventos ocorridos nas freguesias. O relatório revelaria ao leitor um Mato Grosso que desconhecia a si próprio e conferia visibilidade às viagens pastorais, a D. Carlos e aos fatos desconhecidos pelo grande público, com o fim de evitar seu esquecimento pelas novas gerações.

As autoridades das narrativas estariam assentadas na objetividade e no apego à verdade, pois foi relatado o que os autores viram, ouviram e testemunharam. O testemunho pessoal e o fato de terem estado lá conferiam consistência e legitimidade à narrativa, ao fazerem crer que seus registros da realidade eram verossímeis, plausíveis, objetivos e apreendiam os objetos na sua essência e concretude. Porém, os autores, por mais que se esforçassem em demonstrar a assimilação das diferenças, não conseguiam. Esse aspecto pode ser observado nas descrições, todas evadas de concepções etnocêntricas, eurocêntricas, racistas, cientificistas, evolucionistas e ultramontanas. A visita obrigava-os a assimilarem ou não, pelo confronto, as diferenças e as hibridações.

As descrições culturais foram o resultado de experiências partilhadas no convívio com os *outros*, que se tornaram objetos de observação, estudo e análise, pois “o conviver é pautado no observar”. A presença da comitiva episcopal é um fato de autoridade, portanto de poder. Esse lugar sempre foi construído de forma autoritária e assimétrica e raramente dialógica. O outro foi silenciado e domesticado e ocupava um lugar inferior. Em suas narrativas culturais, a alteridade e as exclusões foram levadas ao extremo, colocando à distância o outro, com o fim de fazerem-se mais críveis. Por mais que se esforçassem, os autores não conseguiram exercitar as aptidões para tolerar as diferenças, inventando e estruturando as alteridades, as exclusões e os preconceitos. Ao mesmo tempo em que os narradores se autorrepresentavam como próximos dos mato-grossenses, conservavam-se distantes, excitando os processos geradores da alteridade. Valores éticos e religiosos hierarquizavam todos os fatos ocorridos durante a viagem. Os membros da comitiva consideravam-se agentes do processo civilizatório e acreditavam estar em condições de civilizar e cristianizar as terras e gentes mato-grossenses. Para tal, preocupavam-se em difundir os ideais da Igreja Católica e as realizações da sociedade ocidental, das quais os mato-grossenses estariam excluídos.

As narrativas das viagens reafirmavam e reforçavam as hierarquias existentes. O bispo e os religiosos orgulhavam-se de conhecer e participar da civilização e demonstravam que seus membros se consideravam superiores étnica e culturalmente. Nesse sentido, o olhar sugere

uma reflexão, um diálogo constante com as referências culturais do observador e sua visão de mundo. Estas, diante das circunstâncias que se apresentavam, poderiam ou não ser revistas, negadas ou reiteradas. Luz (1979, p. 69-70), por exemplo, demonstrava sua reprovação à falta de etiqueta e de respeito às hierarquias. Os locais onde D. Carlos se encontrava seriam “invadidos” sem “alguma cerimônia, entravam por ela a dentro, assentavam sem pedir vênias, e faziam outras muitas cousas por esse teor”. Mereceu reprovação um dos sentinelas, por não impedir a entrada de algumas pessoas e ser incapaz de vetar a entrada de outros, embora tivesse sido orientado para isso. Por mais que tentassem convencê-lo de que o bispo tinha outros afazeres, continuava a permitir a entrada desordenada e constante de diocesanos (Luz, 1979, p. 70). Estes queriam vê-lo por curiosidade, às vezes em momentos e horários considerados inoportunos. Os tumultos gerados pela concentração de curiosos tornavam-nos inoportunos e indesejáveis. Para ficar só e desfrutar a privacidade, era necessário que o bispo se trancasse em algum cômodo. Havia, segundo os relatos, falta de normas de convivência, de urbanidade, de civilidade e de hierarquia dos mato-grossenses.

Via-se de um lado uma mulher formulando essa algaravia com que as mãos têm a habilidade de fazer rir ou calar as crianças; de outro lado o explosivo conversar de alguns roceiros que não se viam desde muito; e, para encurtar a história, as atitudes e maneiras menos corretas e imperdoáveis de uns e outros, e, ainda em cima, um continuado entrar e sair de gente por diferentes lugares, que com suas vindas e idas mil vezes repetidas e fora de tempo, muito concorreu para demorar o ato (Pina et al., 1979, p. 244).

356

Embora o cônego se apiedasse dos mato-grossenses, por considerá-los “respeitadores e humildes”, foram duramente criticados. Por outro lado, essa apreciação negativa reforçava a imagem do bispo como pai bondoso, prudente e paciente que não desejava desagradar ninguém. Refere Luz:

Queriam por que queriam aproveitar a ocasião, fartar-se de vê-lo e ouvi-lo, indenizar-se com usura. [...] Alguns haviam, bem lidos, que sabiam-se por umas tangentes sui generis, servindo-se de dizeres latinos e vulgares, pela maior parte truncados, desses que encerram bom senso, graça e concisão (Luz, 1979, p. 70).

Em inúmeras passagens, é relatada a falta de civilidade da população. D. Carlos, por ter sido o primeiro bispo a empreender uma visita, foi alvo de atenção de todos e atraía curiosos e admiradores, sendo que a maioria das pessoas não sabia portar-se perante uma

autoridade eclesiástica – dirigiam-lhe as palavras sem a formalidade requerida, por permanecer de cócoras, sentados no chão.

Os diocesanos, como nunca tinham visto um bispo, admiravam-no, contemplando sua pessoa por várias horas, desejavam tocá-lo e receber sua atenção. Ao reverenciarem-no, beijavam repetidas vezes o anel episcopal e ficavam admirando-o, esquecendo-se do passar das horas. Outros, por terem algum conhecimento, serviam-se de dizeres latinos e vulgares, na maior parte truncados, o que evidenciava sua ignorância, perda das noções de civilidade, humildade e, sobretudo, infantilidade. Houve casos de pessoas que não sabiam utilizar garfos e facas à mesa (Luz, 1979, p. 185). Ao bispo foram atribuídos vários pronomes de tratamento. Muitos eram empregados de forma imprópria à sua dignidade, como paternidade, alteza, categoria, majestade, compadre, entre outros (Luz, 1979, p. 70). Durante a viagem, o bispo teria sido objeto “das atenções de uns, dos obséquios de outros, da curiosidade de todos”, homens e mulheres, jovens e idosos, ricos e pobres (Luz, 1979, p. 128). Em Cáceres, na despedida, os fiéis comprimiam-se para beijar o anel episcopal e alguns indivíduos soltavam gases, exigindo do cônego Santos repreensões para restabelecer a ordem e o respeito à pessoa do bispo (Luz, 1979, p. 128). O cônego Bento Severiano da Luz, no relatório da viagem ao sul, reprovava a mobilidade, os tumultos, as conversas, os ruídos, o choro das crianças e o fato de poucos saberem ajoelhar-se. Em Miranda, por exemplo, foi conferido o sacramento da crisma a 305 pessoas. Alguns crismandos

[...] portaram-se no templo com notável indiferença, como se nenhuma ideia tivessem de Deus nem da religião. Parecia que nada naquele recinto sacro sabia insinuar-lhes na alma o pio sentimento da Divindade, falar-lhes de um só mistério augusto de nossa crença, avivar-lhes um pensamento cristão! Um houve que muito afligiu-nos. Inquieto e sem modos, dando mostras de impaciência e contrariado, não queria de modo nenhum largar a cabaça que tinha na mão, e a muito custo acomodou-se à ordem e compostura em que estavam os outros (Luz, 1979, p. 153).

Houve também aqueles que não se vestiram de acordo com a ocasião e posição social, como o professor de Canga: “De parte a cabeça estava bem toldada, trazia a camisa fora das calças, pernas arregaçadas, uma das mãos na cintura e sem saber onde por a outra” (Luz, 1979, p. 86). Em Nioaque, um indivíduo teria entrado na residência episcopal provisória e sentado numa cadeira, dobrado uma perna sobre a outra e acendido um cigarro. Por portar-se com demasiada liberdade, foi convidado a retirar-se do recinto (Luz, 1979, p. 192). Em Corumbá, o bispo recebeu inúmeros presentes, “mormente da pobreza”. Eram galinhas, ovos e frutas, presentes considerados impróprios à dignidade episcopal, e os fiéis foram censurados pelos

modos e meios com que ofertavam (Luz, 1979, p. 140). O secretário particular de D. Carlos, cônego Bento Severiano da Luz, apesar de censurá-los e de considerá-los ignorantes nas regras de civilidade, admirava o respeito conferido à pessoa do bispo (Luz, 1979, p. 70-71).

Os comportamentos considerados indesejáveis foram atribuídos à falta de costume, à ignorância religiosa, ao isolamento em que viviam e à incivilidade. Para testemunhar esses aspectos, foram incluídas várias passagens. D. Carlos, ao sabatinar os alunos da escola pública de Livramento, notou que o aproveitamento escolar era satisfatório, com exceção da doutrina cristã, e empenhou-se que soubessem pelo menos o Pai-Nosso (Luz, 1979, p. 78-79). Algumas situações tornaram-se cômicas: um homem casado procurava listar vários pretextos para invalidar seu casamento religioso, que, para a Igreja, era indissolúvel (Luz, 1979, p. 188). Em Cacunda, a seis léguas de Poconé, durante o terço, um escravo, auxiliado por mulheres, teria se empolgado nos cantos, pecando no tom e nas pronúncias. Porém, ao final das jaculatórias, respondiam, piedosamente, “para sempre” (Luz, 1979, p. 84).

A indignação e desaprovação da comitiva episcopal foram frequentes diante das manifestações religiosas e dos comportamentos dos mato-grossenses (Luz, 1979, p. 140). Muitos indivíduos foram criticados por procurar o bispo para extorquir dinheiro.⁵ Outros, por faltarem à palavra empenhada (Luz, 1979, p. 160). Muitos pais convidaram D. Carlos como padrinho de batismo. Acreditavam que a família e o afilhado, em virtude do compadrio com o bispo, conheceriam maior prestígio social e, no futuro, obteriam favores. Como decorrência, chamavam D. Carlos de compadre e, por mais que fossem persuadidos a utilizar o pronome de tratamento correto à dignidade episcopal, recusavam-se a adotá-lo para referir-se ao bispo (Luz, 1979, p. 70). Para Luz, a ignorância religiosa era reflexo do atraso cultural e baixo grau de civilização de Mato Grosso.

Outras vezes, solicitavam bênçãos para afastar o mau agouro, o mau olhado, os maus pressentimentos e mesmo por motivos banais, como três quedas da rede de dormir. As pessoas acreditavam também nas más influências do número 13 e na infelicidade que determinados dias da semana traziam (a terça e a sexta-feira) (Luz, 1979, p. 127, 184-186). O fantástico, narrado por contadores de histórias, ao tornar tênue o limiar entre real e ficção, teria penetrado no corpo e na alma do cônego. Contaram-lhe que umas pombas, dias antes de falecer o homem que as criava, teriam desaparecido e nunca mais foram vistas. Apesar de não se considerar medroso e supersticioso, propôs-se a visitar o local, mas faltou-lhe coragem para ir até lá (Luz, 1979, p. 160). Nesse caso, o qualitativo supersticioso não distinguia o cônego dos diocesanos.

O cônego Luz (1979, p. 180) também expressava constantemente sua má vontade ante as diferenças culturais. Causou estranheza os hábitos alimentares, em particular o gosto pelo churrasco, “comida predileta daquela gente”, e a crença de que a residência, quando contígua ao curral, era excelente para a saúde física.

Nas narrativas das viagens pastorais, D. Carlos, como príncipe da Igreja e mártir, vivia apenas para o dever e, apesar dos desvelos, suportava tudo, pois, ao romper o véu dos sertões, estava empenhado em verificar o estado material e religioso da diocese, em aproximar-se dos diocesanos e em corrigir os erros e abusos. Para tal, o cônego esmerou-se em enaltecer as qualidades prodigiosas de D. Carlos, ou seja, em representá-lo como um líder nato que iria conduzir, como um pai sábio, experiente e benévolo, a Igreja e o Mato Grosso para destinos seguros. Atribuía à sua liderança a expectativa de mudar o cenário religioso regional. Seria um homem predestinado a universalizar a cristandade nas terras mato-grossenses (Luz, 1979, p. 68-9). Era um dedicado pastor de almas e a Deus, um pai afetuoso que cativava a todos com sua simplicidade e dedicação, suprimindo com sua presença a escassez de sacerdotes.

Como bispo missionário, pregava, confortava, consolava, sacrificava-se, renunciava a tudo e passava por inúmeras privações materiais. Era aquele que, apesar de sua elevada posição hierárquica, permitia a aproximação de todos sem distinção de condição social; era paciente, afetuoso, sábio, inteligente, experiente, educado, caridoso, abnegado, carismático, contentava-se com poucos resultados, apenas o consolo espiritual das almas abandonadas, e cativava por sua lhanza e afabilidade paternais. Cegos, aleijados, pobres, enfermos, famílias distantes, às vezes de locais afastados, desejavam vê-lo, tocá-lo, presenteá-lo, beijar-lhe o anel, contar-lhe os problemas e angústias, receber bênçãos e confessar-se. Assemelhando-se a Jesus Cristo, dirigia atenção especial às crianças e aos pobres e recebia a todos, sem distinção. D. Carlos era representado como se estivesse permanentemente rodeado de pessoas, entretendo-se por várias horas com conversas, conselhos, em confessar e ensinar a doutrina católica. Incansável, envolvia-se todos os dias com audiências, consultas, ouvindo reclamações. Enfim, estaria “quase sempre sentado e abafado no meio de um povo imenso” (Luz, 1979, p. 69). O expediente do bispado era realizado à noite e de madrugada. Sua privacidade era constantemente interrompida, aspecto considerado desagradável; apesar disso, a “invasão” dos recintos era superada com uma “paciência evangélica” (Luz, 1979, p. 70).

Para o bispo, o tempo parecia não ser quantificável, pois a salvação de uma alma não tinha preço e todos os sacrifícios seriam recompensados. Ele ouvia pacientemente e com atenção os problemas, angústias e anseios dos seus filhos diletos. Em Cáceres, por exemplo,

compareceu à presença de D. Carlos uma mulher idosa, trajando vestes consideradas impróprias, que desejava contar sua vida, angústias e sofrimentos, porém, à chegada de outras visitas, não pôde concluir sua explanação. Sua presença era vista como incômoda, por desviar a atenção episcopal para assuntos irrelevantes. Contrariada em sua expectativa, obrigou-se a revelar qual o fim da visita. Seria conseguir uma bênção para superar o mau agouro por ter caído três vezes da rede em que dormia. Segundo a mentalidade popular, um idoso cair da rede era prenúncio de morte. D. Carlos, apiedando-se do que considerava ignorância religiosa, aconselhou que se confessasse e a presenteou com um rosário, roupas e alimentos. A mulher teria recusado o rosário, pelo fato de ser pequeno, e alegado que rezava muito e desejava um grande. Após, foi encaminhada ao vigário, para receber uma aspersão de água benta. A mulher teria saído da residência episcopal “bendizendo o Prelado e pondo-o acima das estrelas”. Essa passagem atesta a paciência, bondade e desprendimento de D. Carlos, que prestigiava a todos, mesmo os humildes e desconhecedores da doutrina católica (Luz, 1979, p. 127). Também em Cáceres, ao administrar o sacramento da confirmação, compareceu à sua presença um morfético em estado terminal, que desejava ser crismado. Todos, pela repugnância e temor, queriam que ele fosse impedido de ser admitido à recepção do sacramento. D. Carlos o teria recebido de forma carinhosa. Teria sido uma “grande lição”, pois “a santidade evangélica não desdenha ninguém”. Os fariseus scandalizaram-se ao ver Jesus Cristo no meio dos pecadores, mas era entre eles que mais ternamente se entretinha. A linguagem é pedagógica e de fácil acesso: D. Carlos, como pastor, assemelhado a Jesus, acolhia a todos, pois todos eram irmãos.

Geertz (1983, p. 125), ao analisar diversas monarquias, evidencia a importância simbólica do “teatro da política” para a manutenção do poder: “Quando os reis percorrem as regiões interioranas, mostrando-se, comparecendo a festas, conferindo honrarias, trocando presentes, ou desafiando rivais, eles a marcam, assim como o lobo ou o tigre que espalha o próprio odor em seu território, como quase fisicamente parte deles.” As aparições de D. Carlos, assim como as dos monarcas, convertiam-se em demarcações territoriais e, sobretudo, vinculavam sua imagem à própria representação da Igreja Católica e do Império. Os limiares entre catolicidade e brasilidade faziam parte do caráter singular da Igreja Católica, num regime em que a instituição estava subordinada ao Estado e era a religião oficial. D. Carlos não se descuidava da sua imagem, e as viagens pastorais eram importantes para reforçá-la, com pompa e majestade.

As viagens pastorais tinham grande importância simbólica para a manutenção do poder. Os cortejos, missas, sermões, aparições públicas do bispo, *Te Deum*, procissões,

cerimônia do beija-anel episcopal, terços, ladainhas, jantares, banquetes, discursos, distribuição de esmolas aos pobres, visita ou recepção de famílias ilustres, inspeção nas escolas, cemitérios, câmaras municipais e cadeias públicas convertiam-se em demarcações territoriais que vinculavam a imagem do bispo à da Igreja Católica e do Império.

Os cerimoniais imprimiam o senso de hierarquia eclesiástica, o papel que cada um deveria desempenhar, fossem padres ou leigos, e idealizavam a figura episcopal, ao forjar a imagem de proximidade do bispo com os fiéis, que ouvia seus problemas e aflições. O bispo, como personagem central, era sacralizado e imortalizado ao ser situado no lugar e posição que ocupava na hierarquia eclesiástica, afirmando sua autoridade perante a Igreja. D. Carlos empenhava-se em criar uma esfera sagrada corporificada na sua pessoa, autoridade e poder, vistos como legítimos e sobrenaturais. Fabricava-se, sobretudo, a imagem de um homem sagrado, encantado, santo e distanciado da mundanidade.

Referências Bibliográficas

- DELUMEAU, Jean; MELCHIOR-BONNET, Sabine. *De religião e de homens*. Trad. de Nadyr de Salles Penteadó. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- DUROURE, João Baptista. *Dom Bosco em Mato Grosso (1894-1904)*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977. v. 1.
- FALLA com que o Tenente-Coronel José Leite Galvão abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura d'Assembléia desta Província, seguida do Relatório com que o Exmº Sr. General Barão de Maracajú, Ex-Presidente da Província de Matto-Grosso, pretendia abrir a mesma Sessão da respectiva Assembléia no dia 3 de Maio de 1881. Cuiabá: Typ. J. J. R Calháo, 1881.
- GALETTI, Lylian da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. 520 f. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *Local knowledge: further essays in interpretative anthropology*. Nova York, Basic Books, 1983.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatro em Bali*. Lisboa: Difel, 1985.
- KARNAL, Leandro. *Teatro da fé: representação religiosa no Brasil e no México do século XVI*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LUZ, Bento Severino da. Pastoral do sul. In: LEITE, Luiz P. Pereira. *Bispo do Império*. São Paulo: Resenha Tributária, 1979. p. 67-201.
- PINA, José Graciano de; LUZ, Bento Severino da; FERRO, Antonio Henrique de Carvalho; FERREIRA, José Joaquim dos Santos. Pastoral do norte. In: LEITE, Luiz P. Pereira. *Bispo do Império*. São Paulo: Resenha Tributária, 1979. p. 205-264.
- RELATÓRIO com que o Exmº Snr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Matto-Grosso, abriu a 2ª sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléia em 1º de Outubro de 1879. Cuiabá: Typ. J. J. R. Calháo, 1879.
- WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

¹ Foram visitadas as freguesias de Livramento, Poconé, São Luís de Cáceres, Corumbá, Miranda, Santa Rita de Nioaque e as povoações de Vacaria e Campo Grande.

² Foram visitadas as freguesias de Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora das Brotas, Nossa Senhora do Rosário, Vila Diamantino e a povoação da Aldeia.

³ Entre eles, do Concílio Latino-Americano, do Congresso Católico da Bahia e do Concílio Nacional.

⁴ Durante a viagem, o padre visitou Corumbá, Ladário, Miranda, Aquidauana, Campo Grande, Campos de Vacárias (atual Rio Brillhante), Maracaju e Nioaque. Após quatro meses de ausência, retornou a Cuiabá, onde foi recebido como herói. Solari administrou 491 batismos e 3.107 crismas e realizou 118 casamentos.

⁵ Em Corumbá, havia um indivíduo que costumava, diariamente, pedir o óbolo da caridade pública, para enterros e casamentos. Para tal, tentou persuadir o cônego Santos a contribuir para o enterro de seu filho. O cônego ficou desconfiado e solicitou uma declaração do vigário atestando o falecimento e a carência financeira. Ele não retornou, pois não tinha filhos e era “vadio e mendigo de profissão”, embora fosse saudável (Luz, 1979, p. 140).